



# PACTU

Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

CUT 40 ANOS  
LUTA, DIREITOS E DEMOCRACIA QUE TRANSFORMAM  
Vidas!

CONTRAF

FETECPR  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES  
E EMPREGADOS DO SISTEMA FINANCEIRO  
CUT

## Saúde Caixa

### Empregados querem plano melhor e viável pra todos



SAÚDE CAIXA

Não ao teto de custeio

A Contraf-CUT, por meio da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa e da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), reuniu mais de 200 usuários do Saúde Caixa para passar informações sobre o andamento das negociações com o banco sobre o plano de saúde da Caixa. As negociações visam a renovação e melhorias do Acordo Coletivo de Trabalho específico sobre o plano, que tem vigência até dezembro de 2023. O atual modelo de custeio estipula que a Caixa deve arcar com 70% dos custos do Saúde Caixa, mas o teto de 6,5% da folha de pagamentos limita o valor pago pelo banco. [Clique aqui!](#)

## CEE negocia incorporação do plano REB com a Funcef

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa se reuniu no dia 06/09 com a Fundação dos Economiários Federais (Funcef) para tratar sobre a incorporação do Plano de Benefícios REB ao Novo Plano. Trata-se de uma luta antiga, desde a criação do Novo Plano, em 2006, para tentar reparar as desvantagens do REB, que havia sido criado em 1998, durante o governo FHC, que preparava a Caixa para a privatização. Em 2014, a incorporação foi incluída em cláusula no Acordo Coletivo, mas em 2017, durante o governo Michel Temer (MDB), ocorreu novo retrocesso e desde então as negociações não avançaram. [Clique aqui!](#)

## O que mudou no Imposto de Renda da PLR

O governo Lula reajustou, em maio deste ano, a tabela do Imposto de Renda sobre a PLR de 2023. A alteração foi feita na faixa de isenção da tabela, que passou de R\$ 6.677,55 para os atuais R\$ 7.407,11 (um reajuste de 10,93%). Ou seja, ampliou-se a faixa de isenção da PLR. A tabela do IR na PLR não sofria alteração desde 2015.

Portanto, quem receber até R\$ 7.407,11 estará isento de pagar IR. A partir deste valor, as alíquotas são 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%, com as respectivas deduções. Veja a tabela abaixo ou, para mais informações, [clique aqui!](#)

A partir de maio de 2023.

PLR anual	Alíquota	Dedução
De R\$ 0,00 a R\$ 7.407,11	-	-
De R\$ 7.407,12 a R\$ 9.922,28	7,50%	R\$ 555,53
De R\$ 9.922,29 a R\$ 13.167,00	15,00%	R\$ 1.299,70
De R\$ 13.167,01 a R\$ 16.380,38	22,50%	R\$ 2.287,23
Acima de R\$ 16.380,38	27,50%	R\$ 3.106,25

## Análise de conjuntura tem novas turmas



A Contraf-CUT promove, neste mês de setembro, no formato online, o curso "Como Fazer Uma Análise de Conjuntura".

O curso faz parte do programa de formação sindical da Contraf-CUT, com aula ministrada por um técnico do Dieese. O objetivo é aprimorar a habilidade analítica e de compreensão do contexto político, econômico e social dos participantes. As inscrições já estão abertas e devem ser feitas através dos sindicatos e federações. [Clique aqui!](#)

## Fórum pela Visibilidade Negra nos bancos



A Contraf-CUT realizará, nos dias 10 e 11 de novembro, o VII Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro. O evento será em Porto Alegre (RS) e a proposta principal é a defesa de mais contratações de negros e negras nos bancos. Desde a sua primeira edição, em 2011, o fórum debate o racismo na sociedade, seus reflexos no mercado de trabalho, principalmente nos bancos, e formas de atuação sindical para ampliar o número de negras e negros na categoria bancária. [Clique aqui!](#)

## Toffoli anula "provas" e diz que prisão de Lula foi armação



Na quarta-feira, 06/09, ao anular todas as supostas provas obtidas pela operação Lava Jato contra o presidente Lula (PT), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, afirmou que todo aquele processo foi "um dos maiores erros judiciários da história do país". Mais do que uma armação, a injusta prisão de Lula durante 580 dias, à época com anuência do próprio STF, foi mais do que um erro da justiça. A sequência de crimes cometidos por investigadores, pelo ex-juiz Sérgio Moro e pelo Ministério Público, sob comando do ex-promotor e deputado federal cassado Deltan Dallagnol, foi a configuração de um projeto nefasto. Uma tomada do poder central pela extrema direita, instituindo um governo do qual o próprio Moro fez parte e que conduziu o país a quatro anos de retrocessos em todos os sentidos. A CUT, o movimento sindical, os partidos de esquerda e os movimentos sociais progressistas sempre apontaram os crimes da Laja Jato. Estavam corretos. O mesmo ministro do STF que proibiu Lula de deixar a cadeia para participar do velório do irmão, agora reconhece que Moro, Dallagnol e os investigadores da Lava Jato "desrespeitaram o devido processo legal, subverteram provas, agiram com parcialidade e valeram-se de uma verdadeira tortura psicológica, um pau de arara do século XXI, para obter 'provas' contra inocentes". O estado democrático de direito está voltando à sua normalidade.

[Clique aqui!](#)

## Pressão no Congresso pela taxa dos super-ricos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou uma Medida Provisória (MP) que prevê a cobrança de 15% a 20% sobre rendimentos de fundos exclusivos, aqueles em que há um único cotista, conhecido como fundos dos "super-ricos". O governo também enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que tributa os investimentos de brasileiros no exterior, chamados de fundos *offshore*. A campanha [Tributar os Super-Ricos](#) comemorou e pressiona os parlamentares para aprovarem as duas medidas. [Clique aqui!](#)

# A mentira da mídia: Contribuição assistencial não é imposto sindical



Controlada por um grupo pequeno de burgueses que, historicamente, sempre se posicionaram contra os interesses da classe trabalhadora, a grande mídia costuma agir em bloco. É o que tem ocorrido na divulgação de um recurso extraordinário apresentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e aprovado por 6 votos a 0 no Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a chamada contribuição assistencial (ou taxa negocial). É um direito de cada sindicato cobrar de sua base, de sócios e não sócios, uma taxa anual pelos resultados alcançados em convenções e acordos coletivos, já que eles valem, por regra, para toda a categoria. Ao contrário do que a mídia divulga, é totalmente diferente do imposto sindical, extinto durante a Reforma Trabalhista de 2017. No imposto sindical havia o desconto obrigatório em folha de pagamento de um dia de trabalho de todos os trabalhadores.

Já na contribuição assistencial os trabalhadores sindicalizados, ou não, definirão em assembleia o percentual que queiram contribuir. A CUT e seus sindicatos sempre foram contra o imposto sindical e defendem a contribuição negocial porque ela só pode ocorrer para financiar atuações específicas dos sindicatos em negociações coletivas. No entanto, os "erros" de abordagem na mídia são tão grosseiros que levantam dúvidas se são meros equívocos de seus articulistas ou se ainda estão inseridos na onda da nefasta campanha de asfixiamento dos sindicatos, que ocorreu em 2017, no governo Michel Temer (MDB), e prosseguiu durante os quatro anos de Jair Bolsonaro (PL). Nesse período o sindicalismo sofreu muito e agora que o STF faz a correção de rota, os órgãos de comunicação mais uma vez espalham mentiras.

## Economia brasileira volta a crescer



A economia do Brasil cresceu 0,9% no segundo trimestre deste ano e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), atualizou suas expectativas para o crescimento total em 2023. Agora, ele espera que o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresça 3%. Economistas ligados a bancos se surpreenderam com o desempenho acima do esperado da economia nacional neste ano. Há 12 meses, eles estimavam que a economia nacional cresceria só 0,47% em 2023. Agora, a expectativa já está em 2,56%.

[Clique aqui!](#)